
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 10/2018 – CODEVASF/8ª SR

Referência: Edital nº 10/2018 – Forma Eletrônica – Lei 13.303/2016 – Maior desconto

Objeto: Execução de obras para implantação de casas de farinha nos municípios de Chapadinha, Lago do Junco e Jenipapo dos Vieiras, localizados no estado do Maranhão.

I. DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação foi interposta de forma tempestiva pela empresa Versal – Construção e Consultoria Ltda., CNPJ: 02.629.676/0001-74, de acordo com o Item 6 do Edital “*Pedidos de Esclarecimentos/Impugnações/Recursos Administrativo*”.

II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa contesta o item 8.1 do *Termo de Referência* que trata da “*Qualificação Técnica*”, especificamente os subitens 8.1.1-a, 8.1.1-c e 8.1.1-d. Segundo a empresa, o Termo de Referência deixou de contemplar o profissional Arquiteto como responsável técnico apto a desenvolver os serviços objetos do Edital. A não inclusão do profissional de arquitetura e seu respectivo conselho de classe, CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, como possível responsável técnico pelos serviços previstos no processo licitatório, foi considerado pela empresa como um equívoco do Edital, ensejando a necessidade de retificação no sentido de incluir o profissional de arquitetura.

A empresa argumenta que seu pedido encontra amparo legal na Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 e na Resolução nº 21 de 05/04/2012 do CAU, bem como no princípio da competitividade, que visa ampliar o número de participantes na licitação.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante a retificação do edital de modo a incluir os profissionais de arquitetura e seu respectivo conselho de classe (CAU) no item que trata da Qualificação Técnica requerida das empresas para participação no processo licitatório.

IV. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

A impugnação foi interposta tempestivamente, logo, merece análise e resposta conforme previsto no Edital nº 10/2018 e no § 1º do artigo 87 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que rege o presente certame.

Sobre o fato questionado pela impugnante, vale destacar que a “*Qualificação Técnica*” é tratada no Edital nº 10/2018 no item 12.1.3, que estabelece que a qualificação técnica da licitante será apurada de acordo com os documentos exigidos no subitem 8.1 do Projeto Básico, Anexo II, que integra o Edital, devendo ser apresentados na forma ali estabelecida.

O item 8, do Termo de Referência, se refere aos documentos de habilitação da licitante, sendo que o item 8.1, que trata da *Qualificação Técnica*, traz a exigência dos

seguintes documentos (foram listado somente os que estão relacionados ao questionamento da impugnante): **Subitem 8.1.1-a:** registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto do Termo de Referência; **Subitem 8.1.1-c:** apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA, que comprovem que a licitante tenha executado serviços/obras de construção civil ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução de cada lote (para cada lote é requerido: construção de edificações em alvenaria de tijolo, cobertura em telha colonial, área mínima de 50m², compondo instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias); **Subitem 8.1.1-d:** comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço relativo à obra de construção de edificações em alvenaria de tijolo, cobertura em telha colonial, compondo instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias. Observa-se que, da forma como foi escrito, de fato, o edital restringe a participação no processo licitatório apenas às empresas e aos profissionais vinculados ao CREA.

Sobre o amparo legal apresentado pela empresa, tem-se a Lei Federal nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 e a Resolução do CAU/BR nº 21 de 05/04/2012. A Lei Federal nº 12.378/2010, regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs e dá outras providências. No artigo 2º desta lei tem-se entre as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista a “XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico”. Já na Resolução do CAU/BR nº 21/2012, tem-se entre as atividades que fazem parte das atribuições profissionais dos arquitetos e urbanistas: “2.1.1. Execução de obra”; “2.2.2. Execução de estrutura de concreto”; “2.5.1. Execução de instalações hidrossanitárias prediais”; “2.5.5. Execução de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio”; “2.5.7 Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão”, além dos projetos relativos a todas estas atividades. Assim, não há dúvidas de que estes profissionais possuem habilitação legal para executar as atividades previstas no edital nº 10/2018.

Deste modo, entende-se que se estes profissionais estão habilitados para atuação nas atividades previstas no objeto da presente licitação, não há razão para impedi-los de participar. De fato, houve um equívoco na elaboração do edital, sendo pertinente sua retificação de modo a possibilitar a participação no certame de empresas e profissionais habilitados no CAU. Esta ação contribuiria para ampliar ainda mais a competitividade, já garantida no certame em questão, o que é salutar para o processo licitatório.

Independentemente desta comissão concordar que o edital deve ser retificado, entende-se que não há razão para impugná-lo. Isto porque o §1º, do art. 87, da Lei 13.303/2016 traz:



§1º *Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei*, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º (grifo nosso).

Entende-se que a questão em apreço não se trata de irregularidade na aplicação da lei e sim de um equívoco perfeitamente sanável por meio da publicação de retificação do Edital nº 10/2018. A própria empresa reconhece isto no seu pedido:

II – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, considerando um equívoco formal do Edital, devido a não inclusão do profissional de arquitetura e seu respectivo conselho de classe, CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, como possível responsável técnico pelos serviços previstos para este processo licitatório e com fulcro na Lei nº 8666/93 e demais legislações vigentes, requer-se seja julgado provido a presente impugnação, com efeito para que, reconhecendo-se o equívoco formal do Edital, seja o ato convocatório retificado determinando a inclusão do profissional de arquitetura (grifo nosso).

Ao invés de um pedido de impugnação, a empresa poderia ter feito um pedido de esclarecimento, conforme subitens 6.1.2 e 6.1.3 do edital.

6.1.2 Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal na interpretação deste Edital e seus anexos, serão dirimidos pela Secretaria Regional de Licitações da Codevasf, sala 205, localizada na Avenida Alexandre de Moura, nº 25, Bairro Centro – CEP: 65.025-470 – São Luís - Estado do Maranhão Tel: (98) 3268-4149 ou (98) 3198-1300, através do e-mail: 8a.sl@codevasf.gov.br, ouvida a Gerencia Regional de Revitalização da Codevasf, respeitado o prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas. As consultas formuladas foram deste prazo serão consideradas como não recebidas.

6.1.3 Analizando as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, disponibilizando o conteúdo nos sites: www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br. As eventuais modificações no instrumento convocatório serão divulgadas nos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (grifo nosso).

Vale destacar ainda que nos termos do parágrafo único do artigo 39 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que rege o presente certame, entende-se que a retificação do edital não afeta a preparação das propostas pelas licitantes, não havendo, portanto, necessidade de designação de nova data para a realização do certame.

V. DA DECISÃO

Pelo exposto, decide-se pelo **INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa Versal – Construção e Consultoria LTDA.

Entretanto, considera-se pertinente a retificação do Edital nº 10/2018, de modo a possibilitar a participação no certame de empresas e profissionais habilitados no CAU, visto que estes profissionais estão habilitados a executar as atividades previstas no edital e esta ação contribuiria para ampliar ainda mais a competitividade do processo licitatório.





Considerando que esta retificação não afeta a elaboração das propostas das licitantes, sugere-se à 8ª SL da CODEVASF que publique aviso de retificação do Edital nº 10/2018 (e todos os seus anexos), nos mesmos termos dos atos e procedimentos originais, de acordo com o que se apresenta a seguir, mantendo-se todas as outras especificações do edital.

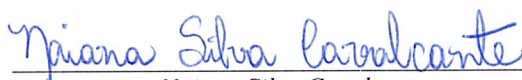
Onde lê-se:

“Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)”

Leia-se:

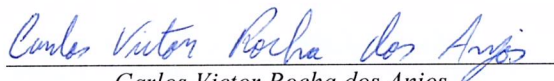
“Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)”

Em razão da presente retificação, entenda-se que os documentos mencionados no Edital e seus anexos, que devam ser obtidos junto ao CREA, bem como legislações mencionadas no Edital que se referem ao funcionamento do Sistema CREA-CONFEA, passam a se referir também aos seus correspondentes no CAU.



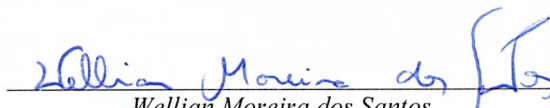
Naiana Silva Cavalcante

Presidente - Comissão de Licitação - Det. 156/2018



Carlos Victor Rocha dos Anjos

Membro - Comissão de Licitação - Det. 156/2018



Wellian Moreira dos Santos

Membro - Comissão de Licitação - Det. 156/2018